

# INEFICIÊNCIA DO SISTEMA EDUCACIONAL: UM DIREITO A SER EFETIVADO

*SANTOS, Jaqueline Regina<sup>1</sup>*

*SILVA, Guilherme Barbosa da<sup>2</sup>*

## RESUMO

O objetivo principal desse trabalho é analisar de forma sistemática e objetiva a ineficiência da educação pública no Brasil e a deficiência nas políticas públicas educacionais. Com a concepção que a educação é um direito fundamental e está positivada não apenas na carta Magna do Estado, mas também regulamentada em outros documentos como, por exemplo, no Estatuto da criança e adolescente (ECA) e tendo um plano específico que regulamenta suas diretrizes e metas (PNE), fica evidente que é um direito que possui estrutura para que haja total eficiência em sua aplicação. Sendo um direito social de suma importância o legislador de forma clara e específica distribui competências na aplicação desse direito, sendo responsável pela mesma não só o Estado, mas também a família com a colaboração da sociedade. A família não deverá transferir essa total carga para o estado, pois ele deverá com o apoio da família melhorar a qualidade do ensino público. Em vista disto, esse trabalho busca indagar se realmente as normas jurídicas educacionais são eficazes para transformar positivamente a realidade fática do país de forma a colocar em prática o princípio da eficiência, ao salientar que a educação não trata-se de um direito público qualquer, mas um serviço essencial devendo ser oferecido de forma satisfatória e de qualidade a população. É evidente que a realidade econômica do país influencia no sistema educacional, pois para uma boa educação é necessário bons investimentos em todos os aspectos, como na estrutura físicas das escolas e na formação continuada dos profissionais que nela se dedica. Enquanto não houver novos olhares a essa temática, a educação pública de qualidade será utopia.

**Palavras-chave:** Ineficácia. Políticas públicas. Sistema educacional.

---

<sup>1</sup>Acadêmico(a) do 3º Período do Curso de Direito da Faculdade de Santo Antônio da Platina/FASA.

<sup>2</sup>Orientador: Mestre em Ciência Jurídica – Universidade Estadual do Norte do Paraná/UENP. Professor de Direito do Trabalho da Faculdade de Santo Antônio da Platina/FASA. Oficial de Justiça.